



**PROJETO DE LEI Nº 53, DE 1º DE SETEMBRO DE 2023**

**SÚMULA:** *Dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração da Proposta Orçamentária, Normas de Execução Financeira a serem executadas pelo Município de Campo Largo no exercício de 2024, e dá outras providências.*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**, no uso das atribuições conferidas em Lei, aprovou e eu, **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO**, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam estabelecidas para o exercício de 2024, as ações prioritárias, objetivos e metas, as metas e riscos fiscais, as disposições sobre alterações na legislação tributária, a estrutura e organização da lei orçamentária, diretrizes gerais para elaboração da proposta orçamentária, normas relativas às execuções orçamentária e financeira, e as disposições sobre a seguridade social, em conformidade com o Plano Plurianual, com a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e demais legislações que disciplinam a matéria, compreendendo:

- I** - ações prioritárias, objetivos e metas;
- II** - metas fiscais e riscos fiscais;
- III** - disposições sobre alterações na legislação tributária;
- IV** - estrutura e organização da lei orçamentária;
- V** - diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos;
- VI** - normas relativas à execução financeira e orçamentária;



## **CAMPO LARGO**

**VII - da seguridade social.**

### **CAPÍTULO I**

#### **AÇÕES PRIORITÁRIAS, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 2º** As ações prioritárias, objetivos e metas para o exercício de 2024, fixados de acordo com o Plano Plurianual 2022-2025, passam, a partir da edição da presente Lei, a vigorar de acordo com as Ações Programáticas estabelecidas no Anexo I.

### **CAPÍTULO II**

#### **METAS FISCAIS E RISCOS FISCAIS**

**Art. 3º** As metas, avaliações, demonstrativos e riscos fiscais, estão definidos nos Anexos II e III da presente Lei.

### **CAPÍTULO III**

#### **ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 4º** O Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2024, mediante específica autorização do Poder Legislativo Municipal, poderá ajustar o orçamento em face de alterações na Legislação Tributária ocorridas até 31 de dezembro do exercício corrente, não consideradas até a vigência da presente Lei, em especial quanto:



## **CAMPO LARGO**

I - às modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão de Sistemas Tributários; e

II - ao aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança de tributos e da Dívida Ativa Municipal.

### **CAPÍTULO IV**

#### **ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**

**Art. 5º** A Proposta Orçamentária será composta dos Anexos I, II e III, que conterão:

I - orçamento fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes Executivo e Legislativo;

II - orçamento de investimentos da Companhia Campolarguense de Energia (COCEL);

III - orçamento do Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo (FAPEN).

**Art. 6º** Os Orçamentos Fiscal e do Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo (FAPEN), discriminarão as despesas por órgãos, unidades orçamentárias, classificação funcional programática, projetos, atividades ou operações especiais, natureza dos gastos e fontes de recursos.

**Parágrafo Único.** O orçamento e acompanhamento das execuções orçamentária, financeira, patrimonial e a escrituração contábil do Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo (FAPEN), serão organizados de forma independente dos demais orçamentos do Município.





## **CAMPO LARGO**

**Art. 7º** As programações dos Fundos Municipais serão abertas na forma de atividades nas unidades orçamentárias a que estiverem subordinadas.

### **CAPÍTULO V**

#### **DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 8º** Para o exercício financeiro de 2024 fica estabelecido o montante de **R\$570.000.000,00** (quinhentos e setenta milhões), como limite para elaboração do Orçamento Fiscal, e de **R\$ 107.693.750,00** (cento e sete milhões, seiscentos e noventa e três mil, e setecentos e cinquenta reais) para o Orçamento do Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo (FAPEN).

**Parágrafo único.** Do montante estabelecido para o Orçamento Fiscal o valor de **R\$ 500.000,00** (quinhentos mil reais) será consignado em Reserva de Contingência e classificado na programação orçamentária do Órgão nº 19 – Reserva de Contingência.

**Art. 9º** O Projeto de Lei do Orçamento, por meio de Anexo, deve demonstrar a existência de compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas definidos no Capítulo II – Metas e Riscos Fiscais.

**Art. 10** No Projeto de Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo preços vigentes em 01 de janeiro de 2024.

**Art. 11** O Projeto de Lei do Orçamento para 2024 destinará recursos para atender prioritariamente:



## **CAMPO LARGO**

I - ao pagamento de precatórias judiciais apresentados até 1º de julho do presente exercício para o Tribunal e comunicados pelo mesmo ao Município até 20 de julho do presente exercício;

II - às despesas com pessoal ativo, inativo e encargos sociais;

III - ao pagamento dos juros, encargos e da amortização da dívida pública;

IV - às contrapartidas de convênios firmados;

V - a manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com o Art. 212 da Constituição Federal e Emenda nº 14/96;

VI - ao custeio do plano complementar ao Sistema Único de Saúde;

VII - a conclusão de projetos e/ou programas em andamento; e

VIII - ao custeio das despesas obrigatórias de caráter continuado.

**Parágrafo único.** Os recursos do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital depois de atendidas as despesas relacionadas neste artigo.

**Art. 12** O Poder Legislativo, até o dia 1º do mês de agosto do presente exercício, encaminhará a proposta orçamentária da Câmara limitada até 6% da receita base de cálculo definida na legislação vigente, para fins de inclusão no Orçamento Fiscal do Município.

**Art. 13** O produto da alienação de bens e direitos pertencentes a Poder Público Municipal, será aplicado no atendimento de despesas de capital.



## **CAMPO LARGO**

**Art. 14** Constará do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2024 a demonstração dos efeitos sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões e qualquer benefício de natureza financeira, tributária e creditícia, citando as medidas que serão tomadas para compensar as renúncias de receitas e relativas a aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado, observando o disposto no Anexo II da presente Lei.

**Parágrafo único:** O desconto para o IPTU à vista será de até 20% sobre o valor total do débito.

**Art. 15** A programação da despesa destinada à cobertura dos gastos com pessoal e encargos sociais à conta de recursos do Orçamento Fiscal, será fixada em até 60% da receita corrente líquida e não poderá exceder os seguintes limites:

I - 6% (seis por cento) para o Legislativo;

II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

**Parágrafo único.** Para fins de cálculo, entende-se como despesas com pessoal, o disposto no Art. 18, da Lei Complementar Federal nº 101/00.

**Art. 16** O Projeto de Lei Orçamentária considerará o aumento dos gastos com pessoal, decorrentes de abonos pecuniários e adicionais por tempo de serviço, do reajuste salarial, da ampliação do quadro de pessoal, e das avaliações de desempenho de servidores.

**Parágrafo único.** Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no **caput** deste artigo, serão custeados com recursos do Orçamento Fiscal.





## CAMPO LARGO

**Art. 17** Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual somente poderão ser incorporadas emendas, que:

I - sejam compatíveis com as disposições do Plano Plurianual e da presente Lei;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes da anulação de despesas, excluídas as que:

- a) incidam sobre dotações para pessoal ativo, inativo e seus encargos;
- b) incidam sobre o serviço da dívida; e
- c) transfiram recursos próprios da administração indireta;

**Art. 18** No Projeto de Lei Orçamentária, é vedada a inclusão de créditos orçamentários com finalidade imprecisa, com dotação ilimitada, destinados a investimento com duração superior a um exercício e que não estejam previstos no Plano Plurianual ou em Lei que autorize sua inclusão.

**Art. 19** Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a administração direta e indireta da União, do Estado, e de Municípios do Estado do Paraná, destinados à cobertura de despesas de natureza institucional de outros entes da Federação.

**Art. 20** O Projeto de Lei Orçamentária poderá contemplar recursos para concessão de auxílios, contribuições e subvenções sociais a pessoas jurídicas, visando à promoção e desenvolvimento de ações de caráter assistencial, sanitário, social, educacional, cultural, esportivo e de cooperação técnica em suplementação aos recursos de origem privada aplicados a esses objetivos.

**§ 1º** Para consecução do proposto neste artigo, mediante específica autorização do Poder Legislativo Municipal, o Poder



## **CAMPO LARGO**

Executivo poderá firmar convênios ou acordos com pessoas jurídicas interessadas na parceria, observadas as disposições dos Art. 16 a 19 da Lei Federal nº 4.320/64 e da Resolução 03/2006 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**§ 2º** Não serão concedidos auxílios, contribuições e subvenções sociais para cobertura de déficits ou prejuízos de pessoas jurídicas.

**Art. 21** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento de precatórios, em ordem cronológica, no decorrer do exercício de 2024.

**Art. 22** Será garantida a destinação de recursos orçamentários para a oferta de programas públicos de atendimento à infância e à adolescência no Município, conforme disposto no Art. 227, da Constituição Federal, de 1988, no Art. 4º, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações e na Instrução Normativa nº 36, de 2009, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**Art. 23** Será garantida a destinação de recursos orçamentários para a oferta de programas públicos de atendimento para ações específicas de Política Municipal de Resíduos Sólidos, de acordo com o comunicado de TCE/PR/MPC 03/2014.

### **CAPÍTULO VI**

#### **DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

**Art. 24** As programações de gastos, em qualquer dos orçamentos, deverão apresentar consonância com as prioridades governamentais estabelecidas no Plano Plurianual e na presente Lei.





## CAMPO LARGO

**Art. 25** Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Executivo Municipal, com o objetivo de ajustar o montante de gasto à capacidade de arrecadação, estabelecerá, por meio de ato próprio, a programação financeira e o cronograma mensal e bimestral de desembolso.

**Art. 26** É vedada a assunção de despesa sem que os recursos orçamentários estejam assegurados, salvo os casos de contratos que extrapolem mais de um exercício, os quais deverão ser apropriados nos exercícios em que a despesa deva ocorrer.

**Art. 27** Para consecução das Ações Programáticas e com base no comportamento da receita arrecadada pelo tesouro municipal, a Secretaria Municipal da Fazenda, estabelecerá cotas mensais para emissão de empenho e/ou assunção de despesas.

**Art. 28** Caso seja necessária a limitação de empenhos, das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para o cumprimento do disposto no art. 9º, da Lei Complementar Federal no 101, de 2000, serão fixados em ato próprio pelo Poder Executivo Municipal, os percentuais e os montantes estabelecidos para cada órgão, entidade e fundo.

**Parágrafo Único.** A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o **caput** deste artigo não atingirá as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução, as despesas essenciais para a prestação dos serviços públicos, bem como as que comprometam o atendimento às políticas destinadas à criança e ao adolescente, em atendimento ao disposto no art. 28 da Instrução Normativa nº 36, de 27 de agosto de 2009, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**Art. 29** As obras iniciadas sob a responsabilidade do Município terão prioridade na alocação dos recursos orçamentários e financeiros, até sua conclusão.



## CAMPO LARGO

**Art. 30** A contratação, prorrogação e composição de dívidas confessadas e de operações de crédito dependem de autorização por Lei específica, observadas as normas que disciplinam a matéria.

**Art. 31** A implementação do disposto no Art. 16 da presente Lei, fica condicionada a observância das normas e limites estabelecidos nesta Lei, e será precedida de declaração do Administrador Municipal assegurando que os aumentos programados possuem adequação à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual, informando a origem dos recursos financeiros destinados à sua cobertura e comprovação de que sua execução não afetará os resultados estabelecidos nas metas fiscais constantes do Anexo II.

**Art. 32** A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante definido no parágrafo único do Art. 8º, que serão destinados à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais, observando o disposto no Anexo II – Metas Fiscais e Anexo III – Riscos Fiscais.

**Parágrafo Único.** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a realizar abertura de créditos adicionais suplementares utilizando os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o início do último bimestre de 2024.

**Art. 33** Visando adequar a estrutura do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo, através de Decreto, autorizado a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2024 até o limite de 10% (dez por cento) do total da despesa, nos termos previstos no inciso III do § 1º, do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320.

**§ 1º** As alterações de programação orçamentária em conformidade com o **caput** deste artigo, somente serão realizadas dentro da mesma ação orçamentária e nas mesmas fontes de recursos.





## CAMPO LARGO

§ 2º Na redistribuição de parcelas das dotações de pessoal, de uma para outra unidade orçamentária, quando considerada indispensável a movimentação de pessoal dentro das tabelas ou quadros comuns às unidades interessadas, e que se realize em obediência à legislação específica nos termos do art. 43, § 1º, inciso III e art. 66, parágrafo único da Lei Federal n. 4.320, de 1964.

§ 3º As alterações de programação orçamentária em conformidade com o **caput** deste artigo, ficam limitadas a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para cada um dos Orçamentos do Poder Legislativo e do Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo (FAPEN).

§ 4º Em decorrência da abertura de créditos adicionais suplementares em conformidade com o estabelecido no **caput** deste artigo, fica o Poder Executivo, por meio da edição de ato próprio, autorizado a ajustar o montante das despesas e as metas físicas programadas nas ações orçamentárias constantes do Anexo I desta Lei e dos Anexos II, III e IV do Plano Plurianual 2022-2025.

§ 5º O Percentual de que trata o **caput** deste artigo, na Lei Orçamentária para o exercício de 2024, poderá ser adotado em valores monetários correntes.

**Art. 34** Verificado o excesso de arrecadação efetiva ou tendência do exercício em cada fonte de recursos, quando comparado com o original aprovado nesta Lei e nos termos previstos no inciso II, do § 1º, do Art. 43, Lei Federal nº 4.320, fica o Poder Executivo, através de Decreto, autorizado a promover a suplementação de dotações orçamentárias, utilizando os valores tecnicamente apurados.

§ 1º Em decorrência da abertura de créditos adicionais suplementares em conformidade com o estabelecido no **caput** deste artigo, fica o Poder Executivo, por meio da edição de ato próprio, autorizado a ajustar o montante das despesas e as metas físicas programadas nas ações orçamentárias constantes do Anexo I desta Lei e dos Anexos II, III e IV do Plano Plurianual 2022-2025.





## CAMPO LARGO

**§ 2º** Os valores dos créditos adicionais suplementares abertos em conformidade com as disposições deste artigo, não serão computados no limite fixado no Art. 31, desta Lei.

**Art. 35** Para utilizar os recursos do superávit financeiro, apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, bem como o saldo advindo dos cancelamentos de restos durante o exercício, de acordo com os saldos verificados em cada fonte de recursos e nos termos previstos no inciso I, do § 1º, do Art. 43, Lei Federal 4.320, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, através de Decreto, dos valores identificados e tecnicamente comprovados.

**§ 1º** Em decorrência da abertura de créditos adicionais suplementares em conformidade com o estabelecido no **caput** deste artigo, fica o Poder Executivo, através de Decreto, autorizado a ajustar o montante das despesas e as metas físicas programadas nas ações orçamentárias constantes do Anexo I desta Lei e dos Anexos II, III e IV do Plano Plurianual 2022-2025.

**§ 2º** As autorizações contempladas neste artigo são extensivas às dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e ao Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo (FAPEN).

**§ 3º** Os valores dos créditos adicionais suplementares abertos em conformidade com as disposições deste artigo, não serão computados no limite fixado no Art. 31, desta Lei.

**Art. 36** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir créditos adicionais suplementares, através de Decreto, para suplementação das respectivas dotações com recursos de operações de crédito, nos termos do Art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei Federal n. 4320, de 1964.



## **CAMPO LARGO**

**Parágrafo único:** Os valores dos créditos adicionais suplementares abertos em conformidade com as disposições desse artigo, não serão computados no limite fixado no Art. 31, desta Lei.

**Art. 37** O Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 167, inciso VI, da Constituição Federal e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, fica autorizado a realocar recursos orçamentários, mediante Decreto, a título de transposição, remanejamento e transferência até o montante de 30% (trinta por cento) do orçamento fixado para o exercício de 2024, assim definidos:

**I - Transferência:** realocação de recursos que ocorre dentro do mesmo órgão orçamentário e de um mesmo programa de trabalho ao nível de categoria econômica de despesa;

**II - Transposição:** realocação de recursos que ocorre entre mais de um programa de trabalho dentro de um mesmo órgão orçamentário;

**III - Remanejamento:** realocação de recursos de um órgão orçamentário para outro, bem como em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos, entidades ou fundos, como alterações de competências e atribuições.

**Art. 38** A avaliação da gestão fiscal, do equilíbrio orçamentário e financeiro, e do controle dos custos e os resultados dos programas, projetos e atividades financiados com os recursos dos orçamentos, serão efetuados de acordo com a legislação vigente.

## **CAPÍTULO VII**

### **DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Art. 39** Em obediência ao princípio da unidade orçamentária, fica o Poder Executivo incumbido de incluir na Proposta



## CAMPO LARGO

Orçamentária para o exercício de 2024, a Proposta do Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo (FAPEN).

**§ 1º** Na estimativa das receitas do Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo (FAPEN) devem ser consideradas as contribuições patronal e dos servidores, o resultado de aplicações financeiras e os valores provenientes de aluguéis, compensação financeira, amortização do déficit atuarial e amortização de dívida.

**§ 2º** A programação das despesas do Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo (FAPEN) deve considerar os custos com o pagamento de inativos e pensionistas, prever ampliação de aposentadorias por tempo de serviço, por invalidez, decorrentes de reajuste salarial e decorrentes de decisões judiciais, bem como despesas administrativas fixadas pela taxa de administração repassada.

**§ 3º** Os custos das despesas programadas no parágrafo anterior correrão a conta de recursos em poder do Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo (FAPEN).

**Art. 40** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, 1º de setembro de 2023.

MAURICIO  
ROBERTO  
RIVABEM:836772  
40972

Assinado de forma digital  
por MAURICIO ROBERTO  
RIVABEM:83677240972  
Dados: 2023.09.01  
11:19:34 -03'00'

**MAURICIO RIVABEM**  
Prefeito Municipal



**APROVADO** COM EMENDAS  
Em 2ª discussão.  
Sala das Sessões 04 de 09 de 2023  
\_\_\_\_\_  
Presidente

**APROVADO** COM EMENDAS  
Em 2ª discussão.  
Sala das Sessões 11 de 09 de 2023  
\_\_\_\_\_  
Presidente

**A SANÇÃO**  
Sala das Sessões 11 de setembro de 2023  
\_\_\_\_\_  
Presidente